

Extrato do Inquérito Civil nº 000172-151/2017-MP/5ªPJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 5º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. ANTÔNIO LOPES MAURICIO, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000172-151/2017-MP/5ªPJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 007/2018

Data da Instauração: 25/09/2018

Objeto: apurar possíveis violações ao que dispõe a Lei 8.429/92, promovendo a coleta de outras informações para eventual ajuizamento de ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, buscando esclarecer os fortes indícios de grilagem em terras particulares e, sobretudo, em terras públicas, praticada pela empresa AGROPALMA S/A, com o conhecimento e convivência de servidores do ITERPA, de membros da Procuradoria Geral do Estado do Pará e de servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS);

Representante: Coordenadoria do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção

Promotoria de Justiça: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Promotor de Justiça: ANTÔNIO LOPES MAURICIO

Protocolo: 366423

EXTRATO DA PORTARIA Nº 018/2018/MP/PJJ

O Promotor de Justiça de Jacareacanga, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, arts. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, da Lei nº 8.625/93 e no Art. 2º, §4º, da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07 e Resolução nº 010/2011-CPJ MPPA, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 008/2018-MP/PJJ que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Jacareacanga, situada na Avenida Joana da Costa Barroso, s/n, Bairro Bela Vista, CEP nº 68.195-000 - Jacareacanga - Pará - Fone/Fax: (93) 3542-1311.

Portaria nº 018/2018-MP/PJJ.

Acompanhado: Associação Indígena Pusuru.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a prestação de contas finalística da Associação Indígena Pusuru no município de Jacareacanga.

Osvaldino Lima de Sousa - Promotor de Justiça"

Protocolo: 366427

AVISO Nº 32/2018-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 7ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 03 de outubro de 2018, às 09h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Apreciação da Ata da 17ª Sessão Ordinária, realizada em 13/09/2018.

2. Julgamento de Certames:

2.1. Julgamento de Promoção à 3ª Entrância, para o cargo de 3º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-033/2018 - Processo nº 038/2018/MP/CSMP.

2.2. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ CRIMINAL DE REDENÇÃO, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-036/2018 - Processo nº 041/2018/MP/CSMP.

2.3. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de 2º PJ DE SÃO FÉLIX DO XINGU, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-043/2018 - Processo nº 048/2018/MP/CSMP.

2.4. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 15º PJ CRIMINAL DE BELÉM, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-055/2018 - Processo nº 065/2018/MP/CSMP.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Processo de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

3.1.1. Processo nº 000083-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Mãe do Rio

Origem: PJ de Mãe do Rio

Assunto: Acompanhar a elaboração e implementação do plano municipal de atendimento socioeducativo de Mãe do Rio-PA.

3.1.2. Processo nº 001684-143/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Raimundo Carvalho Lopes

Origem: 2º PJ de São Miguel do Guamá

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo Presidente da Câmara Municipal deste município, Vereador Sr. Raimundo Carvalho Lopes.

3.1.3. Processo nº 001704-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas na Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA.

3.1.4. Processo nº 000055-151/2018

Requerente(s): Ministério Público Federal - MPF

Requerido(s): Federação Paraense de Futebol

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital **Assunto:** Apurar possíveis fraudes contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão do não recolhimento do INSS.

3.1.5. Processo nº 000605-125/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de funcionários públicos no órgão da Companhia de Habitação do Pará - COHAB.

3.1.6. Processo nº 000119-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Empreendimento Imobiliário "Viver Ananindeua"

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar possível irregularidade no sistema de tratamento de esgoto do Condomínio Viver Ananindeua, localizado na Rua Cláudio Sanders, nº 727, Bairro - Maguari, no Município de Ananindeua, de responsabilidade da Construtora INPAR.

3.1.7. Processo nº 000094-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Polícia Militar do Estado do Pará

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital **Assunto:** Apurar a não aprovação de contas da Polícia Militar do Estado do Pará, no exercício financeiro de 2010.

3.2. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

3.2.1. Processo nº 000116-009/2018

Requerente(s): SINTEPP - Medicilândia

Requerido(s): Celso Trezeciak

Origem: PGJ - Delegação

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos da educação, bem como de evidências de prática de nepotismo na gestão do Prefeito Municipal de Medicilândia, Celso Trezeciak.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

3.3.1. Processo nº 000061-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ulianópolis

Origem: Promotoria de Justiça de Ulianópolis

Assunto: Apurar denúncia de possível desvio de verbas do FUNDEB no Município de Ulianópolis

3.3.2. Processo nº 000271-064/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Quatipuru

Origem: PJ de Primavera

Assunto: Apurar sobre problemas no transporte escolar no município de Quatipuru.

3.3.3. Processo nº 001658-070/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Mário Aparecido Moreira

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar a ocorrência de atos que importem lesão ao patrimônio público e improbidade administrativa, decorrente da irregularidade na execução dos serviços de implantação de sinalização gráfica em vias públicas do Município de Redenção, convenio firmado entre o Estado do Pará e o Município de Redenção, durante o mandato do ex-prefeito Mario Aparecido Moreira.

3.3.4. Processo nº 000123-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia que carro alugado pelo Estado do Pará está servindo para assuntos pessoais.

3.4. Processo de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

3.4.1. Processo nº 002087-034/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Tailândia

Origem: 2º PJ de Tailândia

Assunto: Apurar irregularidades no funcionamento de criadouro

de porcos e galinhas no município de Tailândia.

4. Indicação de Membro para atuar no feito.

4.1. Processo nº 000303-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Maria Célia Midori Yamada

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em decorrência das obras de construção de um imóvel de alvenaria, no interior do Parque Estadual do Utinga, na Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém.

5. O que ocorrer.

Belém-PA, 26 de setembro de 2018.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 366853

ERRATA

EXTRATO DA ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2018

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 - art. 15, § 1º)

ONDE SE LÊ:

(...)

2. Julgamento de Processos:

O Exmo. Conselheiro Dr. **Luiz Cesar Tavares Bibas** solicitou autorização para se ausentar da sessão, considerando que não possuía processos de sua relatoria em pauta, para julgamento, mas que em seu gabinete tinham muitos processos para serem analisados. Ressaltou, que sua presença seria meramente para acompanhar os votos que seriam relatados e por isso solicitou a compreensão de todos e o deferimento do pedido para se ausentar, considerando que havia quórum para a sessão. O Egrégio Conselho Superior acatou o pedido.

Na sequência, a parte interessada no julgamento do item 2.4.4., presente em sessão, solicitou a inversão de pauta. O Egrégio Conselho Superior acatou o pedido.

(...)

LEIA-SE:

(...)

2. Julgamento de Processos:

A parte interessada no julgamento do item 2.4.4., presente em sessão, solicitou a inversão de pauta. O Egrégio Conselho Superior acatou o pedido.

2.4.4. Processo nº 000107-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Jacareacanga

Origem: PJ de Jacareacanga

Assunto: Acompanhar a criação de órgão de proteção de defesa do consumidor (PROCON), no município de Jacareacanga.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, determinando a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para arquivamento no Órgão de Execução, como Procedimento Administrativo, haja vista o Órgão Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza, conforme o que determina a Resolução nº 174/2017-CNMP.

Na sequência, o Exmo. Conselheiro Dr. **Luiz Cesar Tavares Bibas** solicitou autorização para se ausentar da sessão, considerando que não possuía processos de sua relatoria em pauta, para julgamento, mas que em seu gabinete tinham muitos processos para serem analisados. Ressaltou, que sua presença seria meramente para acompanhar os votos que seriam relatados e por isso solicitou a compreensão de todos e o deferimento do pedido para se ausentar, considerando que havia quórum para a sessão. O Egrégio Conselho Superior acatou o pedido.

(...)

Belém, 26 de setembro de 2018.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 366705

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2018-MP/5ªPJM

A Promotora de Justiça em exercício pelo 5º Cargo de Marituba, Dra. Marcela Christine Ferreira de Melo, com fundamento no arts. 127 e 129, II, III, e VI da Constituição Federal; e art. 26, I e o parágrafo único, I do art. 27 da Lei 8625/93, e art. 8º, I e II da Resolução nº 174/2017 do CNMP, decide instaurar Procedimento Administrativo nº 003/2018 - MP/5ªPJM, com ensejo de acompanhar as obrigações da prestação de contas do ano de 2012 da Associação dos Servidores da EMATER.

Protocolo: 366401